



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CAMPUS BACABAL
CURSO LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

LÉA REGINA BERRÊDO DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): o dia a dia dos
educandos de uma escola municipal de Bacabal/MA**

Bacabal/MA

2024

LÉA REGINA BERRÊDO DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): o dia a dia dos
educandos de uma escola municipal de Bacabal/MA**

Monografia apresentada a Universidade
Estadual do Maranhão como requisito básico
para obtenção do título de Licenciatura em
Pedagogia.

Orientador: Prof. Me. Ranilson Edilson da
Silva.

Bacabal/MA

2024

Santos, Léa Regina Berredo dos.

Educação de Jovens e Adultos (EJA): o dia a dia dos educandos de uma escola municipal de Bacabal - MA / Léa Regina Berredo dos Santos.

- Bacabal - MA, 2024.

35 f.

Monografia (Graduação em Pedagogia Licenciatura) - Universidade Estadual do Maranhão, Campus Bacabal, 2024.

Orientador: Prof. Me. Ranilson Edilson da Silva.

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Alfabetização. 3. Ensino - Aprendizagem. I. Título.

CDU: 374.7:372.4(812.1)

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): o dia a dia dos educandos de uma escola municipal de Bacabal/MA

Monografia apresentada a Universidade
Estadual do Maranhão como requisito básico
para obtenção do título de Licenciatura em
Pedagogia.

Orientador: Prof. Me. Ranilson Edilson da
Silva.

Data: ____ / ____ / ____

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Ranilson Edilson da Silva
Orientador

1º Examinador(a)

2º Examinador(a)

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, sem aprender a refazer, a retocar o sonho por causa do qual a gente se pôs a caminhar.”

(Paulo Freire)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me conceder a graça de estar concluindo esse ciclo e ter me fortalecido ao longo dessa jornada.

Agradeço também a minha família que me apoiou durante todo esse tempo, em especial minha filha Naiza, que sempre me incentivou a continuar estudando e perseverou juntamente comigo todos esses anos.

Agradeço ao professor e mestre Ranilson Edilson da Silva, meu orientador por sua dedicação, ensinamentos, carinho e paciência.

Aos professores e colegas de turma em que compartilhamos momentos importantes de nossas vidas, em que foram fundamentais para o nosso conhecimento profissional.

Ao professor Vilmar Martins da Silva, meu muito obrigado pela parceria e incentivo, sempre nos mostrando que a tarefa de ensinar não é fácil, mas é muito gratificante e que se formos profissionais humanizados podemos sim alcançar êxito em nossa profissão.

A todos, meus sinceros agradecimentos!

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar e compreender o dia a dia dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e indicar as contradições e desafios dessa modalidade de ensino. Muitos desses estudantes encaram dificuldades para ingressar ou perdurar na escola, por falta de incentivos em dar os primeiros passos rumo à alfabetização, aonde todo esse processo exige disposição e foco. Embora os desafios possam ser inúmeros, existem aqueles que procuram não apenas aprender a ler e escrever, mas também compreender seus direitos e as leis que regem o país. Assim, a EJA ajuda homens e mulheres conquistarem possíveis melhorias em suas vidas de forma honesta sem distinção, concluindo as etapas importantes da educação e, em muitos casos, dando a oportunidade em continuar à vida escolar. A pesquisa foi realizada em uma escola municipal, na cidade de Bacabal/MA. O principal objetivo é analisar, por meio das práticas pedagógicas, o dia a dia dos educandos e o papel social da EJA para o combate das desigualdades sociais. Para tal, entrevistamos ex-alunos dessa modalidade, a fim de verificarmos até que ponto a educação, e neste caso, a modalidade de ensino EJA, contribui para uma possível mudança pessoal e social. Para a realização desse estudo, nos embasamos em alguns teóricos, tais como: Paulo Freire, Moacir Gadotti, Pablo Gentili e Jordi Estivill. Concluímos que não basta apenas garantir a matrícula aos indivíduos ou inseri-los na escola. É preciso criar condições para a permanência dos educandos, uma vez que a inclusão não se resume ao ato de inserir, mas de propiciar uma contínua assistência no desenvolvimento pleno do aprendiz.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Alfabetização; Ensino-Aprendizagem.

ABSTRACT

This article aims to analyze and understand the daily lives of students in Youth and Adult Education (EJA) and to point out the contradictions and challenges of this type of education. Many of these students face difficulties in entering or staying in school due to a lack of incentives to take the first steps towards literacy, where this entire process requires willingness and focus. Although the challenges may be numerous, there are those who seek not only to learn to read and write, but also to understand their rights and the laws that govern the country. Thus, EJA helps men and women achieve possible improvements in their lives in an honest way without distinction, completing the important stages of education and, in many cases, giving them the opportunity to continue their school life. The research was conducted in a municipal school in the city of Bacabal/MA. The main objective is to analyze, through pedagogical practices, the daily lives of students and the social role of EJA in combating social inequalities. To this end, we interviewed former students of this modality, in order to verify to what extent education, and in this case, the EJA teaching modality, contributes to a possible personal and social change. To carry out this study, we based ourselves on some theorists, such as: Paulo Freire, Moacir Gadotti, Pablo Gentili and Jordi Estivill. We concluded that it is not enough to simply guarantee enrollment for individuals or to include them in school. It is necessary to create conditions for the students to remain, since inclusion is not limited to the act of inclusion, but to provide continuous assistance in the full development of the learner.

Keywords: Youth and Adult Education; Literacy; teaching-learning.

LISTA DE TABELAS

QUADRO 1 - Os motivos que determinaram a não frequência da escola no tempo regular	31
QUADRO 2 - Idade e como foi alfabetizado	31
QUADRO 3 - Motivo que impulsionou a volta aos estudos	31
QUADRO 4 - Os maiores obstáculos encontrados na volta aos estudos.....	31

LISTA DE SIGLAS

CEAA - Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CEPLAR - Campanha de Educação Popular
CNEA - Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo
CNER - Campanha Nacional de Educação Rural
CONFITEA - Conferência Internacional de Educação de Adultos
CPCs - Centros Populares de Culturas
EJA - Educação de Jovens e adultos
LDBEN - Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
MCP - Movimento de Cultura Popular
MEB - Movimento de Educação de Base
MEC - Ministério da Educação
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização
MOVA - Movimento de Alfabetização
ONGs - Organizações Não-Governamentais
PAS - Programa de Alfabetização Solidária
PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONACAMPO - Programa Nacional de Educação do Campo
UEMA - Universidade Estadual do Maranhão

LISTA DE LEIS

Constituição Federal de 1988

Lei 9.394/96

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. DESENVOLVIMENTO	15
2.1 Um breve histórico da EJA no Brasil.....	15
2.2 EJA e o combate à exclusão social na escola.....,.....,.....,.....	21
3 METODOLOGIA	28
4 RESULTADOS E DISCURSÕES.....	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	34
APÊNDICES	36
APÊNDICE A – Questionário Aplicado.....	36

1 INTRODUÇÃO

Esta monográfica tem como requisito para a conclusão do curso de pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). A escolha desse tema surgiu a partir de indagações por meio de observação acerca do número significativo de pessoas que não são alfabetizadas na cidade de Bacabal, onde em alguns bairros há pessoas que retornaram à sala de aula, há outra porcentagem de pessoas que não querem voltar a estudar por motivos diversos.

Por meio dessas observações surgiu a curiosidade de compreender essa modalidade de educação. A educação de jovens e adultos é uma modalidade que precisa de aperfeiçoamento, por isso os profissionais que atuam precisam estar se adequando a modificações e acompanhar novas inovações, precisam repensar suas práticas pedagógicas para melhor desenvolvimento dos alunos para que possam formar sujeitos democráticos.

Desse modo o presente trabalho monográfico busca analisar essa modalidade de ensino e uma variedade de fatores que são observados no dia a dia dos educandos. Mediante as observações foi permitido destacar alguns obstáculos que permeiam está modalidade, no entanto, escolha de instrumentos de pesquisa, foi observado os desafios e dificuldades que rodeiam os educandos e também profissionais na EJA. A educação de jovens e adultos EJA tem um significado muito importante para as pessoas que por algum motivo não tiveram acesso à escola ou pararam de estudar na idade adequada.

Esta modalidade de ensino permite a jovens e adultos conhecerem sobre os benefícios que devem ser garantidos a classe trabalhadora, também possibilita o acesso à educação e a profissionalização promovendo assim uma inclusão educacional.

O objetivo deste trabalho é esclarecer que o ensino para essas pessoas deve ser de fácil entendimento, incluindo uma educação esclarecedora que facilite ao aluno entender o que está sendo proposto, é preciso que os educadores da EJA levem em conta a bagagem de conhecimento e experiência que seus alunos trazem consigo.

Foi possível observar que muitos alunos com baixa ou nenhuma escolaridade veem na EJA uma oportunidade de recuperar a autoestima que ficou esquecida, muitos vencem o preconceito, vencem a discriminação, principalmente no meio da

família, onde alunos cansados depois de um dia de trabalho diante de suas rotinas vão para a sala de aula alegres por verem um futuro diferente, e por isso muitos deles apesar de suas responsabilidades decidem voltar a estudar. Outros, porém não seguem em frente desistem e param ao longo do caminho.

Nesta perspectiva, a escola tem uma grande importância na aquisição ou não desse conhecimento, desse pensamento crítico e dessa busca incessante pela mudança. E a modalidade de Jovens e Adultos requer muito esse posicionamento, uma educação que vai além das disciplinas; que consiga atingir esse tal pensamento crítico, e que esse pensamento venha a se tornar ações concretas de intervenções na sociedade, como Freire (2011, p.67) nos apresenta, esclarecendo que, “a capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a”, este deveria ser o principal objetivo da aprendizagem, “processar” esse conhecimento adquirido em ações de melhoria junto à realidade social de cada sujeito.

Pensando assim, entendemos que a escola, e de modo particular a EJA, tem como uma das suas funções sociais contribuir para o enfrentamento da exclusão social e para o desenvolvimento da cidadania e da criticidade dos alunos. Para tanto, o presente trabalho busca examinar as contribuições efetivadas ou não, por uma escola em Bacabal/MA.

Refletindo sobre essas questões, nosso trabalho é “fruto” de um breve contato com a Educação de Jovens e Adultos, realizado no decorrer dos estudos na área de aprofundamento. Nossa ideia “amadureceu” praticamente no último semestre do curso, e com isso, gostaríamos de ter obtido mais tempo e contato junto a essa temática, porém o currículo que compõe nosso curso de Pedagogia hoje, não nos permitiu aprofundar mais sobre essa modalidade, mesmo assim, com o conhecimento adquirido nesses meses, pretendemos aqui suscitar uma breve discussão a respeito da EJA e da função social da escola. Então, subentendemos que a escola está dentro de um sistema “alienante”, e por isso trás consigo características alienadoras. Os estudos de Paulo Freire se pautam na concepção que a educação oferecida pela escola é conservadora e tem como pretensão “acomodar” os alunos. Já a que ele defendia, tinha como caráter a criticidade, que objetivava a inquietação dos aprendizes em relação ao mundo, no qual essa estimulação sendo provocada pelas indagações poderia produzir o desejo de mudança social e, por sua vez a:

... elevação do pensamento das massas, o que se sói chamar apressadamente de politização", a que se refere Fanon, em Los Condenados de la Tierra, e que constitui para ele uma forma de se "ser responsável nos países subdesenvolvidos, começa exatamente por esta auto-reflexão. Auto reflexão que as levaram ao aprofundamento e de que resultará sua inserção na história, não mais como espectadores, mas como figurantes e autoras, (Freire, 1983, p. 36).

Sendo assim, é necessário que esta instituição não tenha apenas a função de escolarizar, mas de promover uma educação para jovens e adultos capaz de ir além da mediação de conteúdos, capaz de relacionar as disciplinas com a vivência e com as necessidades básicas dos alunos, em que o conhecimento estudado e produzido propicie um anseio de mudança e uma real emancipação.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Um breve histórico da EJA no Brasil

Após algumas leituras e estudos sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, considerando que são mais de quatro séculos de vivências e atuações nesse campo, o da educação, e que grande parte desses registros e informações foram se perdendo com o tempo, devido a uma má conservação ou falta de armazenamento adequado por parte das nossas gerações anteriores, poderíamos dizer que não foi um trabalho fácil feito pelos historiadores.

Porém, os indícios encontrados são suficientes para entendermos como chegamos até a situação atual, podendo problematizar o ensino de jovens e adultos em nosso país, ou melhor, compreender o recorrente analfabetismo na sociedade brasileira. Nessas buscas, foram identificadas algumas experiências educativas de práticas formais e não formais, umas com a finalidade de doutrinar, disciplinar, e outras de domesticar, pacificar para o trabalho escravo e, outras ainda para conquistar direitos civis.

Essas práticas educativas são criadas pela ação humana, carregadas de interesses por parte dos seus agentes educadores e a responsabilidade de atuação não depende do tipo de prática, o que vai torná-la responsável, no sentido de cumprimento do seu papel, exercitando para a cidadania, é a qualidade da ética da prática educativa, ou seja, "ser responsável no desenvolvimento de uma prática qualquer, implica, de um lado, o cumprimento de deveres, de outro, o exercício de

direitos" (Freire, 1992, p.89).

Quando os Jesuítas chegaram a nossas terras consolidaram o ensino público na colônia, o ato de ensinar os índios adultos a ler e escrever despertou tanto interesse por parte dos sacerdotes, pois a principal finalidade "dessa educação" era convertê-los ao catolicismo.

E para obterem sucesso nessa obra, os Jesuítas observavam que precisavam dominar a língua indígena, o tupi. Dessa forma, criaram um material específico para sistematizar o ensino e facilitar a comunicação entre os professores e seus alunos. Logo, chegaram os escravos e alguns deles, também, foram instruídos e catequizados pelos religiosos.

Um número reduzido de mulheres fez parte dessas experiências educacionais. A educação jesuítica restringia-se apenas a alfabetizar, pois o governo de Portugal não permitia a criação de universidades nas colônias, visto que esse tipo de educação superior era limitado aos pequenos grupos da nobreza.

No século XIX, foi definido que o processo de escolarização deveria incluir as conhecidas "camadas inferiores" da sociedade, propondo uma política instrutiva específica para jovens e adultos.

Esse ensino voltado para jovens e adultos, assemelhava-se a uma ação filantrópica, pois eram feitos apelos para erradicar o analfabetismo e os professores nada recebiam pelo serviço prestado, ou seja, "qualquer pessoa de 'boa vontade', com 'paciência' e 'espírito missionário' pode se tornar um alfabetizador" (Galvão; Soares, 2006, p.53). Em relação à organização curricular era diferenciado para ambos os sexos, tendo uma finalidade prática, seja para desempenhar afazeres do lar ou para ordeirar o indivíduo à civilização.

Já o período republicano foi marcado por altos índices de analfabetismo, quer dizer, a maioria da população brasileira não tinha oportunidade educacional, seja pela inexistência de um número suficiente de vagas destinadas à clientela adulta, ou pelo modo ineficiente que se configurava o ensino, pois nesse período continuava o sistema dualista: quem tinha ótimas condições financeiras estudava numa universidade e quem não tinha, buscava outros meios mais imediatos, no caso, um ensino profissionalizante, para concorrer no mercado de trabalho.

Como podemos perceber a educação de adultos não foi concretizada com eficácia nessa época. Surgiram, nas primeiras décadas do século XX, muitas propostas de reformas para a educação, no sentido de extinguir o analfabetismo

entre os adultos, tais como: reorganização dos cursos noturnos, modificações nos conteúdos, criação de ensinos supletivos e cursos profissionalizantes. Acabar com o analfabetismo no Brasil tornou-se objetivo de muitos, mas ao mesmo tempo em que existia essa necessidade de alfabetizar a população, havia em contrapartida, uma preocupação por parte da elite de perderem o controle sobre os referidos.

Dessa forma, o ensino "se reduz ao ato mecânico de "depositar" palavras, sílabas e letras nos alfabetizandos" (Freire, 1976, p.13). Com o processo de industrialização, muitas mudanças no âmbito da escolarização foram implementadas, visto que era necessária uma mão de obra para operar as máquinas. Dessa maneira, muitos cursos práticos e exames supletivos foram executados nesse período, capacitando um grande número de pessoas, num curto espaço de tempo. Nesse sentido, a educação estava voltada principalmente para a qualificação da mão de obra destinada ao trabalho e aos serviços e para a educação profissional em nível técnico, deixando de lado uma formação conscientizadora e emancipadora.

A partir da década de 40, surgiram as primeiras campanhas de alfabetização de massa em âmbito nacional, são elas: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA); Campanha Nacional de Educação Rural (CNER); Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA). A CEAA queria extinguir o analfabetismo em pouco tempo de atuação, mas não se preocupou em capacitar os alfabetizadores e, assim, falhou e veio a CNER. Esta, por sua vez, queria atingir as áreas rurais, pois apresentavam um grande atraso nas políticas de alfabetização das pessoas do campo.

E pela apresentação de resultados negativos, em relação à eficácia da referida campanha, surgiu a CNEA, que foi criada com a intenção de melhorar as condições de vida das populações desfavorecidas, visando o desenvolvimento econômico e social do país. Mas, a atuação dessa campanha não conseguiu mudar o sistema de ensino, pois continuavam mantendo a superficialidade do ensino, tornando cada vez mais, as escolas da zona rural e da zona urbana fora do contexto dos alunos adultos.

Com isso, as três campanhas nacionais - CEAA, CNER e CNEA - destinadas à alfabetização de adultos deixaram de ser plenamente executadas, pois ressaltavam um tipo de educação com objetivos meramente quantitativos, não se adequando ao novo jeito de fazer educação para adultos, que apareceu com o

surgimento dos movimentos de educação de classes populares, e estes davam ênfase à participação popular.

Os movimentos aos quais nos referimos apareceram entre as décadas de 50 e 60, são ações voltadas para e com a classe popular, que tiveram como inspiração e modelo as ideias de Paulo Freire. Muitas pessoas se mobilizaram em favor dessa educação: estudantes, artistas, intelectuais, membros da Igreja Católica, que se reuniram e cada um deu sua contribuição, seja através da música, do teatro, do rádio, entre outros meios, para transformar o quadro que se apresentava no momento. "Mais de 50% da população brasileira era excluída da vida política por ser analfabeta" (Galvão; Soares, 2006, p.44).

Algumas dessas mobilizações, a saber: o MEB (Movimento de Educação de Base); o MCP (Movimento de Cultura Popular); os CPCs (Centros Populares de Culturas); a CEPLAR (Campanha de Educação Popular); a Campanha "De Pé No Chão Também Se Aprende A Ler", entre outras. Então, a partir dos movimentos educacionais populares foram surgindo reflexões e ações que encaminhassem a uma possível mudança na concepção de alfabetização, a qual anteriormente tinha como objetivo resumir a leitura ao ato de soletração e a escrita, ao ato mecânico de copiar. Com essas mobilizações, começaram a considerar um conjunto de habilidades a serem dominadas no ato de alfabetizar, com um enfoque na leitura de mundo dos alunos e alunas da EJA, ou seja, um aprendizado com sentido para os educandos e educandas, como nos mostra Gadotti (2005, p.32) "aprender e ensinar com sentido é aprender e ensinar com um sonho na mente.

A pedagogia serve de guia para realizar esse sonho". Algum tempo depois, aconteceu o golpe militar de 64, no qual muitas campanhas e movimentos foram interrompidos e desmobilizados, destruíram os instrumentos utilizados para trabalhar, como também os registros e anotações, prenderam os idealizadores e militantes dos movimentos educacionais, por serem considerados subversivos, ou seja, estavam transtornando a ordem.

Muitos deles foram torturados, exilados, ou mortos, pois representavam, segundo o regime, uma certa ameaça se continuassem com seus trabalhos educativos. Com a tomada do poder por parte dos militares, em seus primeiros anos de atuação, não demonstravam um interesse em dar continuidade aos trabalhos iniciados por Freire e outros educadores, para alfabetizar adultos, pois para os adultos analfabetos bastava apenas saber "desenhar o nome", criando uma massa

de analfabetos funcionais. Ao perceberem que era necessário acabar com o analfabetismo, ou pelo menos baixar os seus altos índices, lançaram a Cruzada ABC (Cruzada de Ação Básica Cristã) que era um movimento de caráter conservador e, por isso, não atendia as necessidades da população atual. Atrelada a essa iniciativa, criaram o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização).

Era uma campanha imediatista como as anteriores, pois continuava focada na intenção de diminuir os índices de analfabetismo em tempo ágil. Esse movimento estava prevendo erradicar o analfabetismo num prazo de 10 anos e atuou por 15 anos em nosso país, fazendo apenas modificações superficiais no âmbito da educação de jovens e adultos. Mesmo utilizando o método de alfabetizar de Paulo Freire, existia uma grande diferença, pois não possuía o mesmo conteúdo político e ideológico de emancipação do sujeito, de apresentação da realidade para os indivíduos e de motivação para a instrução.

O método que o MOBRAL usou estava vinculado à ideologia dominante e manipuladora, no sentido de fazer aceitar o Estado autoritário vigente e a aprendizagem do código alfabético, a decodificação. Atuando dessa forma, o MOBRAL foi mais uma campanha de alfabetização de adultos que não deu certo, sendo extinta.

Com a mudança do contexto político em nossa nação, ou seja, a saída do regime ditador, começando uma redemocratização no país, a tendência é surgir novas ações não só no âmbito da educação, mas em outros setores da sociedade. Criaram, portanto, a Fundação Educar, uma instituição que era parte do Ministério da Educação, a qual exercia o papel de supervisor, inspecionando as atividades e trabalhos desenvolvidos nas secretarias e outras instâncias educacionais, com o intuito de averiguar se as verbas entregues pelo Governo eram bem empregadas. Em pouco tempo, essa medida foi extinta, e nenhuma mobilização significativa foi criada pelo governo, para solucionar o problema do analfabetismo de jovens e adultos no Brasil.

Quando a nova Constituição Federal de 1988 estabeleceu a todos aqueles excluídos do processo de ensino-aprendizagem, o direito ao acesso à educação formal, muitos espaços fora da escola desenvolveram experiências de formação e instrução, tais como: ONGs (Organizações Não-Governamentais), movimentos sociais e universidades. Um dos movimentos que se destacou nesse período foi o MOVA (Movimento de Alfabetização), pois envolvia o poder público e a sociedade

civil no processo de formação do indivíduo não alfabetizado, tendo como fundamentação de suas práticas a educação popular. Após alguns anos de omissão da criação de uma política pública voltada para alfabetizar nossos jovens e adultos, o Governo Federal lança o PAS (Programa de Alfabetização Solidária).

A atuação desse programa contava não só com o apoio do Governo Federal, mas com o auxílio das empresas, administrações municipais e universidades. Temos que observar que o surgimento do PAS se deu no contexto político neoliberal, ou seja, com interesses do setor privado. O programa recebeu inúmeras críticas por parte dos educadores e pesquisadores da área, pois apresentava um formato que reforçava a imagem pejorativa que se atribuía ao indivíduo não alfabetizado, de sujeito incapaz, sem cultura, vazio, passivo, etc.

Além do aligeiramento na capacitação dos alfabetizadores e no processo de formação dos alfabetizandos, acontecendo num período de 05 meses, como também, a desestruturação das salas de aulas. A educação brasileira apresentava baixos resultados no que se refere à competência de leitura e matemática, mesmo com incentivos do Governo Federal, que implementou a Bolsa Família, prolongando a permanência das crianças nas escolas, porém, o ensino continuava de baixa qualidade. Inserido neste cenário, o MEC criou, em 2003, o Programa Brasil Alfabetizado, com a intenção de suscitar o acesso à educação como um direito de todos e em qualquer período da vida.

Nos anos seguintes foram instituídas outras ações de política nacional para esses jovens e adultos, que em algum momento da sua vida foram privados da escolarização. A intenção dessas ações era promover para esse público uma inclusão social voltada à construção da cidadania.

Podemos citar, como exemplos, dessas intervenções: o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), o PROJOVEM URBANO, o PROJOVEM CAMPO e o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO). Esses programas foram criados para dar oportunidade aos excluídos(das) do processo de escolarização que, por algum motivo, não frequentaram a escola no tempo regular ou não concluíram a educação básica.

Em 2010, aconteceu no Brasil uma importante mobilização nacional e internacional para discutir sobre a educação de adultos, a VI CONFITEA (Conferência Internacional de Educação de Adultos), que ocorreu em Belém do Pará. Tinha como tema "Vivendo e aprendendo para um futuro viável: o poder da

aprendizagem e da educação de adultos", com a finalidade de fortalecer a discussão no país sobre essa modalidade, objetivando uma melhoria na qualidade desta educação. Mesmo que verifiquemos um grande número de diferentes programas, discussões e debates para alfabetizar e instruir os adultos não-alfabetizados, devemos nos perguntar se essas iniciativas atendem a toda diversidade de educandos existentes: os índios, as pessoas migrantes, as originadas do campo, etc.

Eis o grande desafio! Por tudo isso é que a EJA (Educação de Jovens e Adultos) vem propor a efetivação de uma aprendizagem contínua, que aconteça ao longo da vida. Portanto, podemos observar através desse breve ensaio da educação brasileira que a mesma passou por diferentes métodos e práticas pedagógicas, campanhas e movimentos educacionais ao longo do tempo.

Essas variadas formas de instruir e ensinar foram norteadas por interesses políticos, econômicos e ideológicos. E que devido a esses interesses da elite dominante, a nossa educação ficou por muito tempo carente de propostas pedagógicas e políticas comprometidas com a escolarização de todos os cidadãos e mais precisamente no que se refere aos jovens e adultos analfabetos.

Tamanha é a dívida histórica que temos com os não alfabetizados, seja por omissão, pelo despreparo, pela descontextualização da realidade social dos mesmos ou até pelo preconceito, caminhando por muitas vezes, em direção a desistência, a evasão e a exclusão.

2.2 EJA e o combate à exclusão social na escola

Neste trabalho nos interessa compreender a relação entre EJA, entendida como processo social, político, cultural e educacional, e suas contribuições para o enfrentamento da exclusão social.

A exclusão social continua sendo uma temática contemporânea e, concomitantemente, vem sendo problematizada ao longo dos anos por inúmeros estudiosos.

A exclusão social pode ser definida como o resultado da ação dos grupos sociais considerados mais favorecidos em detrimento da classe popular, de modo que a intenção da elite consiste em manter as classes menos favorecidas subordinadas as suas regras de convivência e conveniência, bem como excluídas

dos bens materiais e culturais que lhes são de direito.

Conforme Estivill (2003, p.01):

A exclusão social é, simultaneamente, um fenômeno do passado e do presente e, se não for solucionado, pertencerá também ao futuro. Ao longo da história evoluiu no que respeita às suas características e concepções. E, embora exista um conhecimento patrimônio comum da humanidade sobre o seu significado, é inegável que a exclusão apresenta diversos rostos nos vários continentes e, dentro deles, nas regiões e países. Da mesma forma, as medidas e as estratégias necessárias para combatê-la foram evoluindo e não são as mesmas nos quatro cantos do mundo. As pessoas, os movimentos sociais, os atores sócio econômicos e os diversos âmbitos da administração pública, também não atuam em consonância.

Após algumas leituras e estudos sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, considerando que são mais de quatro séculos de vivências e atuações nesse campo, o da educação, e que grande parte desses registros e informações foram se perdendo com o tempo, devido a uma má conservação ou falta de armazenamento adequado por parte das nossas gerações anteriores, poderíamos dizer que não foi um trabalho fácil feito pelos historiadores.

Porém, os indícios encontrados são suficientes para entendermos como chegamos até a situação atual, podendo problematizar o ensino de jovens e adultos em nosso país, ou melhor, compreender o recorrente analfabetismo na sociedade brasileira. Nessas buscas, foram identificadas algumas experiências educativas de práticas formais e não formais, umas com a finalidade de doutrinar, disciplinar, e outras de domesticar, pacificar para o trabalho escravo e, outras ainda para conquistar direitos civis.

Essas práticas educativas são criadas pela ação humana, carregadas de interesses por parte dos seus agentes educadores e a responsabilidade de atuação não depende do tipo de prática, o que vai torná-la responsável, no sentido de cumprimento do seu papel, exercitando para a cidadania, é a qualidade da ética da prática educativa, ou seja, "ser responsável no desenvolvimento de uma prática qualquer, implica, de um lado, o cumprimento de deveres, de outro, o exercício de direitos (Freire,1992,p.89)".

Quando os Jesuítas chegaram a nossas terras consolidaram o ensino público na colônia, o ato de ensinar os índios adultos a ler e escrever despertou tamanho interesse por parte dos sacerdotes, pois a principal finalidade "dessa educação" era convertê-los ao catolicismo.

E para obterem sucesso nessa obra, os Jesuítas observavam que precisavam dominar a língua indígena, o tupi. Dessa forma, criaram um material específico para sistematizar o ensino e facilitar a comunicação entre os professores e seus alunos. Logo, chegaram os escravos e alguns deles, também, foram instruídos e catequizados pelos religiosos. Um número reduzido de mulheres fez parte dessas experiências educacionais.

A educação jesuítica restringia-se apenas a alfabetizar, pois o governo de Portugal não permitia a criação de universidades nas colônias, visto que esse tipo de educação superior era limitado aos pequenos grupos da nobreza. No século XIX, foi definido que o processo de escolarização deveria incluir as conhecidas "camadas inferiores" da sociedade, propondo uma política instrutiva específica para jovens e adultos.

Esse ensino voltado para jovens e adultos, assemelhava-se a uma ação filantrópica, pois eram feitos apelos para erradicar o analfabetismo e os professores nada recebiam pelo serviço prestado, ou seja, "qualquer pessoa de 'boa vontade', com 'paciência' e 'espírito missionário' pode se tornar um alfabetizador" (Galvão; Soares, 2006, p.53). Em relação à organização curricular era diferenciado para ambos os sexos, tendo uma finalidade prática, seja para desempenhar afazeres do lar ou para ordeirar o indivíduo à civilização. Já o período republicano foi marcado por altos índices de analfabetismo, quer dizer, a maioria da população brasileira não tinha oportunidade educacional, seja pela inexistência de um número suficiente de vagas destinadas à clientela adulta, ou pelo modo ineficiente que se configurava o ensino, pois nesse período continuava o sistema dualista: quem tinha ótimas condições financeiras estudava numa universidade e quem não tinha, buscava outros meios mais imediatos, no caso, um ensino profissionalizante, para concorrer no mercado de trabalho.

Como podemos perceber a educação de adultos não foi concretizada com eficácia nessa época. Surgiram, nas primeiras décadas do século XX, muitas propostas de reformas para a educação, no sentido de extinguir o analfabetismo entre os adultos, tais como: reorganização dos cursos noturnos, modificações nos conteúdos, criação de ensinos supletivos e cursos profissionalizantes. Acabar com o analfabetismo no Brasil tornou-se objetivo de muitos, mas ao mesmo tempo em que existia essa necessidade de alfabetizar a população, havia em contrapartida, uma preocupação por parte da elite de perderem o controle sobre os referidos.

Dessa forma, o ensino "se reduz ao ato mecânico de "depositar" palavras, sílabas e letras nos alfabetizandos" (Freire, 1976, p.13). Com o processo de industrialização, muitas mudanças no âmbito da escolarização foram implementadas, visto que era necessária uma mão de obra para operar as máquinas.

Dessa maneira, muitos cursos práticos e exames supletivos foram executados nesse período, capacitando um grande número de pessoas, num curto espaço de tempo. Nesse sentido, a educação estava voltada principalmente para a qualificação da mão de obra destinada ao trabalho e aos serviços e para a educação profissional em nível técnico, deixando de lado uma formação conscientizadora e emancipadora.

Muitas pessoas se mobilizaram em favor dessa educação: estudantes, artistas, intelectuais, membros da Igreja Católica, que se reuniram e cada um deu sua contribuição, seja através da música, do teatro, do rádio, entre outros meios, para transformar o quadro que se apresentava no momento. "Mais de 50% da população brasileira era excluída da vida política por ser analfabeta" (Galvão; Soares, 2006, p.44).

Com essas mobilizações, começaram a considerar um conjunto de habilidades a serem dominadas no ato de alfabetizar, com um enfoque na leitura de mundo dos alunos e alunas da EJA, ou seja, um aprendizado com sentido para os educandos e educandas, como nos mostra Gadotti (2005, p.32) "aprender e ensinar com sentido é aprender e ensinar com um sonho na mente. A pedagogia serve de guia para realizar esse sonho".

Algum tempo depois, aconteceu o golpe militar de 64, no qual muitas campanhas e movimentos foram interrompidos e desmobilizados, destruíram os instrumentos utilizados para trabalhar, como também os registros e anotações, prenderam os idealizadores e militantes dos movimentos educacionais, por serem considerados subversivos, ou seja, estavam transtornando a ordem. Muitos deles foram torturados, exilados, ou mortos, pois representavam, segundo o regime, uma certa ameaça se continuassem com seus trabalhos educativos.

A EJA vem se fortalecendo cada vez mais, contudo ainda tem muito a ser feito para que alcance êxito. É preciso que os educadores tenham consciência a respeito das necessidades dos seus educandos e busquem métodos relacionados a realidade do público que estão trabalhando, levar em conta a realidade do aluno. De

acordo com Paulo Freire “Não há razão para se envergonhar por desconhecer algo, testemunhar a abertura dos outros, a disponibilidade curiosa a vida, a seus desafios são saberes necessários a prática educativa (Freire, 1999, p.153).

Paulo Freire precursor da educação de jovens e adultos defende que o conhecimento através da educação é instrumento do homem sobre o mundo, toda essa ação produz mudança, portanto não é um ato neutro, mais o ato de educar é um ato político. Para que haja uma evolução nessa modalidade é preciso que os educadores, profissionais da educação busquem incentivo vários campos de alfabetização para que não haja evasão escolar. Há uma parcela de profissionais da educação que não se preparam para ministrar suas aulas, não buscam conteúdos de fácil entendimento, ou não adéquam os conteúdos a realidade dos seus educandos, e isso causa certo desinteresse por parte dos alunos.

Geralmente o não acesso à escola na idade adequada está intrinsecamente relacionado com o contexto social, e isso se tornou algo corriqueiro em nosso país, pois, na maioria das vezes, parte dos educandos necessita trabalhar precocemente. O trabalho se torna mais importante e necessário do que a escola, pois é o seu único meio de sobrevivência. Em consonância com outros fatores interruptivos, capazes de cessar o interesse do educando para a continuidade dos estudos, em decorrência da carga exaustiva de trabalho, atrelado aos cuidados com a família.

Pode-se considerar que o perfil dos alunos da EJA é fruto da desigualdade social, da situação de pobreza que vive a maioria da população e também pelo despreparo da escola para trabalhar com esse público que carrega consigo uma bagagem enorme de experiências de vida. (MOURA, 2008, p. 145).

Portanto, é nesta realidade que os sujeitos da EJA, encontram-se inseridos, levando-nos a supor que, provavelmente, são pessoas que não herdaram de seus pais o sucesso escolar e profissional, e que por conta das necessidades de sobrevivência não puderam priorizar os estudos no tempo regular, pois necessitaram trabalhar para manter seu sustento. Ou donas de casa que deram prioridade aos cuidados do lar, a criação de seus filhos, e até os estudos destes, porém sua formação escolar foi conduzida como segundo plano.

No decorrer dos nossos estudos, percebemos o quanto a EJA necessita de uma maior assistência e valorização, pois essa área não é apenas uma modalidade de ensino, faz parte do segmento de que a educação não tem um tempo certo e nem idade para concluir o saber, uma vez que estamos em um contínuo processo

de evolução e aprendizagem.

Nesta conjectura, o Brasil é conhecido internacionalmente como uma nação de contrastes, não apenas pelas questões naturais, ou pela miscigenação do nosso povo; mas, pelo contraste social que assola o nosso país. Por fazermos parte de uma sociedade desigual, entendemos que essas questões ultrapassam os muros da escola, e adentram no contexto escolar dos sujeitos que a constituem.

É bem verdade que não podemos impedir que essas questões permeiem o ambiente escolar, mas nós, como mediadores do conhecimento, devemos buscar meios que estimulem o discente a pensar sua realidade, pois “nenhuma ação educativa pode prescindir de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre condições culturais.

Não há educação fora das sociedades humanas e não há homens isolados”. (Freire apud Corrêia, 2009, p. 108). Os sujeitos da EJA são pessoas que advém da classe proletarizada e excluída da nossa sociedade, pois se estão nesta modalidade, provavelmente os motivos que conduziram a isso foi que em algum momento da vida desses indivíduos e, por consequência de um sistema, algo lhes foi negado.

Todavia, cabe à escola promover discussões que levem o aprendiz da EJA a desenvolver uma “visão” ampla das questões que permeiam sua realidade e uma dessas indagações é a problemática: desigualdade social que, atreladas a ela, estão inúmeras histórias de fracasso escolar.

Mais que compreender os processos de exclusão da nossa sociedade torna-se necessário que estes alunos ultrapassem a posição de meros receptores de conhecimentos, e se tornem sujeitos críticos, reflexivos e atores do seu próprio tempo, que possam eles mesmos gerarem dinâmicas de transformações sociais e de combate às diversas formas de exclusão.

No que tange ao âmbito político, podemos evidenciar outros desafios não menos representativos que o precedente, tendo em vista que explicitaremos a importância da aplicabilidade da legislação, sendo este outro desafio a ser enfrentando não só por esta modalidade, mas por todo cenário educacional. Nesta aplicabilidade, pontuamos duas leis que regem o campo nacional educacional, contemplando a educação e a EJA dentre as prioridades abarcadas, a primeira é a Constituição Federal de 1988, na qual podemos observar à educação sendo retratada como direito ofertado a todos os sujeitos sociais, independentemente de

classe social, gênero, etnia, raça ou região.

A segunda é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96, indicando em seu art. 37 e 38, especificidades que devem ser executadas pelo poder público, dentre elas: o estímulo do acesso e permanência destes partícipes, por meio de projetos integradores.

Frente a estas duas legislações, indagamo-nos: O que o poder público e os personagens escolares estão fazendo para sanar o quadro alarmante de evasão? Uma vez que entendemos que essa evasão trás consigo grandes problemas estruturais tanto na vida dos indivíduos, quanto na organização do país.

Sendo assim, para que haja a resolução de tal questionamento, ainda, necessitamos de mais engajamento político e social, no que concerne à efetivação do reconhecimento dessa modalidade como um dos elementos essenciais, no sentido de não só de alfabetizar ou transferir conhecimentos, mas, sobretudo, converter seu caráter de suplência numa proposta que torne os seus sujeitos (jovens e adultos), personagens capazes de reconhecer as fragilidades sociais que os cercam, em especial a exploração no trabalho e nas situações corriqueiras da vida. Outrossim, podemos adiantar e elencar algumas propostas do governo perante a Educação de Jovens e Adultos, tomando como impulso para o debate, a Constituição Federal de 1988 e sua importância. Na concepção de Ireland, Machado e Ireland (2005, p.1, grifos nossos):

Um marco legal importante das últimas décadas é a Constituição Federal de 1988 que trata de dois aspectos importantes para a EJA: primeiramente a questão da garantia da gratuidade desta modalidade de ensino no nível fundamental (Art. 208, inciso I) e, em seguida, o destaque para o enfrentamento do analfabetismo como um dos objetivos de um Plano Nacional de Educação (Art. 214, inciso I).

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. A educação escolar deverá vincular se ao mundo de trabalho à prática social.

No contexto social a educação não visa somente a alfabetização, mas a melhoria de condições de vida na área da saúde e na melhoria do padrão de vida formando cidadão crítico e participativo em sociedade. A Educação de Jovens e

Adultos tem um papel fundamental na capacidade de desenvolver em seus alunos de pensar, ler, interpretar e reinventar o seu mundo, levando sua emancipação cultural, política e social.

{...} Como direito da cidadania, a EJA deve ter um compromisso de institucionalização como política pública própria de uma modalidade dos ensinos fundamental e médio e consequente ao direito público subjetivo. E é muito importante que está política pública seja articulada entre todas as esferas de governo e com a sociedade civil a fim que a EJA seja assumida, nas suas três funções, como obrigação peremptória, regular, continua e articulada dos sistemas de ensino dos Municípios, envolvendo os Estados e União sob a égide da colaboração recíproca, Cury (2000, p.53).

A importância da EJA é um fator muito relevante para uma pessoa leiga, o não aprender a ler e escrever. É a mesma coisa que essa pessoa fosse cega; a educação transforma a sua visão de mundo, mostrando lhe uma nova perspectiva de vida, tanto pessoal como profissional.

Para Paulo Freire, a escola tinha que ensinar o aluno a “ler o mundo “para ter transformações, pois se o aluno não compreender a realidade do mundo em que vive não é possível buscar melhorias e condições de uma vida melhor.

As transformações sociais, Políticas, Econômicas e Culturais do mundo contemporâneo afetam os sistemas educacionais e o ensino. A globalização dos mercados, revolução na infraestrutura e nas comunicações, transformação dos meios de produção e dos processos de trabalho e a alteração no campo dos valores e atitudes são alguns ingredientes da contemporaneidade que obrigam as nações a construir um sistema mundializado de economia. A educação principalmente a escola, precisa reciclar – se para assumir seu papel nesse contexto como agente de mudanças, geradora de conhecimento formadora de sujeitos capacitados a intervir e atuar na sociedade de forma crítica e criativa. Libâneo, (2010, p 195)

Nesse contexto, verificamos que a EJA tem como função de resgatar as diferenças, sócia – econômica culturais e o resgate social das classes menos favorecidas; mas tem o desafio de preparar um cidadão crítico que acompanha as novas necessidades de um mundo tecnológico e globalizado.

3 METODOLOGIA

Quanto aos aspectos teórico-metodológico, a nossa pesquisa se baseia em três vertentes, sendo elas: exploratória, bibliográfica e qualitativa. Na exploratória, segundo Siltiz apud Gil (2002, p. 42), “na maioria dos casos, essas pesquisas

envolvem: (a) levantamento bibliográfico, (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão". Na bibliográfica, Gil (2002, p. 44) menciona que, "é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos", os quais correspondem ao suporte utilizado para o embasamento da nossa pesquisa. As autoras Ludke e André descrevem bem o conceito de pesquisa qualitativa, quando relatam que:

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como uma fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento: Os dados coletados são predominante descritivos; A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto; "O significado" que as pessoas dão as coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador. A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo, (Ludke; André, 1996, p. 12)".

O instrumento usado para a coleta de dados foi um questionário elaborado por nós e, algumas anotações feitas discretamente das observações nas escolas. Concomitantemente, a pesquisa-ação nos permitiu uma abordagem maior em relação ao tema estudado, assim como a aproximação com os educandos, nos possibilitou conhecer suas dificuldades, desejos e sonhos. O diálogo informal nos corredores da escola, no refeitório, antes e depois das aulas, foi também de suma importância e nos inspirou bastante na construção da presente pesquisa.

Por fim, apresentamos as considerações finais respeito ao tema e seus objetivos, assim como uma breve análise acerca da nossas aprendizagens no processo de elaboração do TCC. Espera-se com esta pesquisa contribuir com as discussões, no que tange a respectiva temática, não apenas a título de absorção de conhecimento, mas desejamos que a referida pesquisa possa auxiliar profissionais da área educacional, bem como que a nossa experiência vivenciada no estágio, possa ser norteadora de avaliação e reflexão da prática pedagógica.

4 RESULTADOS E DISCURSÕES

Nos estudos realizados a respeito da Educação de Jovens e Adultos e com observações a respeito das dificuldades enfrentadas pelos educandos, o presente trabalho apresenta uma pesquisa de cunho qualquantitativa. A Pesquisa está realizada de forma simples e objetiva com a observação na escola onde foi relatado

que o que mais dificulta o desempenho dos alunos é o cansaço depois de um dia inteiro de trabalho ainda enfrentarem a sala de aula.

Esses diálogos informais nos proporcionaram conhecer várias histórias de vida, o que direcionou a compreensão, na prática, como os fatores que citamos nos capítulos anteriores, isto é, as influências no contexto, incidem diretamente na escolarização de cada educando. Observamos, também, que os mesmos motivos, sejam eles: sociais, políticos ou econômicos, conduzem um indivíduo a interromper seus estudos. Em contrapartida, muitas vezes, são eles mesmos, que sensibilizam esses sujeitos a retomarem os estudos.

As entrevistas aconteceram da seguinte maneira: elaboramos um questionário com perguntas direcionadas a nossa temática, esse interrogatório foi respondido manualmente pelos entrevistados. A opção de cada um responder seu questionário foi uma estratégia nossa, a fim de verificarmos o grau da escrita, da interpretação e também para deixá-los “à vontade” na construção de suas respostas. É importante destacarmos o gênero de cada entrevistado, uma vez que isso tem influência e pode determinar os distintos motivos de interrupção dos estudos.

Apresentaremos agora, alguns pontos que consideramos pertinente a nossa temática:

QUADRO 1 - Os motivos que determinaram a não frequência da escola no tempo regular

Aluno A: “A distância, morava no interior e a escola pública ficava alguns quilômetros da minha casa, considerando que os meus pais não me incentivaram a frequentar a escola na idade regular”.

Aluno B: “Na época fiquei grávida, vivia no interior, tudo era muito difícil”.

Aluno C: “Motivos familiares”.

Fonte: Organização do Próprio autor

No que se refere aos motivos interruptivos, percebemos que, do ponto de vista de gênero, as mulheres habitualmente renunciam à escola porque engravidam, ou porque precisam cuidar do lar, dos filhos, do marido, e em alguns casos o marido não permite a continuidade dos estudos.

Já para os homens, os motivos geralmente são destinados a responsabilidade

de sustentar financeiramente a sua família. E como estes, na maioria das vezes advém da classe pobre, não tem como abdicar da sua remuneração (que garante o sustento básico), para poder continuar os estudos, podemos perceber isso no perfil dos entrevistados. Esse primeiro quadro expressa esta dimensão de gênero e das condições sociais, quando os motivos da gravidez e da pobreza se tornam acoplado ao “abandono” escolar.

QUADRO 2 - Idade e como foi alfabetizado

Aluno A: “08 anos em casa com a minha tia e a minha mãe”.

Aluno B: “Com 07 anos”.

Aluno C: “SETE ANOS. Alfabetizada em casa com minhas tias”.

Fonte: Organização do Próprio autor

QUADRO 3 - Motivo que impulsionou a volta aos estudos

Aluno A: “Nunca parei de estudar, depois que ingressei com 11 anos de idade na escola formal, continuei meus estudos, assim como não parei ainda e nem pretendo parar”.

Aluno B: “As dificuldades para arrumar um emprego”.

Aluno C: “As minhas filhas”.

Fonte: Organização do Próprio autor

QUADRO 4 - Os maiores obstáculos encontrados na volta aos estudos

Aluno A: “Obstáculos tiveram muitos, inacessibilidade, dificuldades financeiras, conciliar o trabalho e os estudos desde cedo, transporte escolar, carência de material didático, disponibilidade de tempo e os recursos oferecidos pela escola precários”.

Aluno B: “Conciliar o trabalho e os estudos”.

Aluno C: “Foi não ter tido uma base no ensino fundamental”.

Fonte: Organização do Próprio autor

Aqui, no quadro 4 percebemos que além da pobreza, existe a influência da má qualidade desse ensino. Os entrevistados: A e C comungam com o mesmo

pensamento quando explicitam o déficit da educação oferecida pela escola. Neste caso, percebemos que não só a metodologia da professora determina o bom ensino, mas é preciso uma estrutura maior, que começa “de cima”. As políticas públicas e a forma com que a escola é assistida são pontos fundamentais para o bom funcionamento do trabalho pedagógico.

A escola abordada é uma escola da rede municipal situada em Bacabal – MA em um bairro periférico da cidade. O instrumento usado para coleta de dados foi uma conversa informal e observações feita na escola e algumas indagações para a obtenção dos dados.

Foi observado que ocorrem algumas evasões nessa modalidade de ensino, também foi observado que há turmas composta com alunos de diferentes idades, que requer um pouco mais de atenção.

De acordo com os estudos observados e da metodologia freiriana afirmamos que ninguém educa ninguém, ou seja, precisa haver uma educação libertadora e democrática que vise a realidade dos educandos, onde eles possam se expressar e também fortalecer sua autoestima e identidade cultural.

A importância de se ter um olhar de conscientização sobre o modo de se trabalhar na Educação de Jovens e Adultos é que se reconheça as características dos educandos e o ambiente em que estão inseridos, observando suas peculiaridades e sua adaptação de modo que se encaixe com a modalidade de ensino, observou-se principalmente que conciliar trabalho e estudo é o principal empecilho, foi também possível observar que há um interesse em uma boa parte dos educandos em aprender a ler e a escrever, contudo a EJA vai muito além da escrita e da leitura.

A Educação de Jovens e Adultos precisa de atitudes inovadoras que busquem compreender o seus educandos e suas dificuldades e ter um olhar atencioso para suas histórias, as que trazem para a sala de aula e as que levam para o dia a dia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação de jovens e adultos deve ser vista com atenção especial. Essa modalidade de ensino apresenta muitos desafios a serem observados, principalmente por ser uma alternativa que visa diminuir o problema de exclusão

social, percebemos que a realidade de muitos alunos ainda está distante da realidade vista pela sociedade, o que dificulta um pouco o aprendizado e a integração desses alunos. A EJA é mais que uma alfabetização, é uma busca dos educandos por uma valorização e reconhecimento no meio da sociedade, esta modalidade traz para os educandos uma nova perspectiva de vida e um novo olhar em direção ao futuro.

Por a escola ser um espaço de troca de conhecimentos e experiências, ela deve estar atenta às contínuas mudanças que decorrentes do mundo, pois em um mundo que está, em constante transformação social, tecnológica e cultural, faz-se necessário uma prática pedagógica que transcendia o ato de ler, escrever e contar. Entendemos que existem diferentes maneiras do aluno ser “excluído” da escola, e essas maneiras são caracterizadas e vivenciadas por cada indivíduo, na medida em que este não pode ser considerado agente crítico, ativo e transformador de sua realidade, apenas pelo simples fato de saber ler e escrever. Em que sentido terá essa alfabetização se ela não coincidir com a vida pública do aluno? Esta alfabetização não pode ser considerada um ato mecânico, ela deverá ser apenas o início de um inacabado caminho produtivo, de um conhecimento crítico e contextualizado.

Acreditamos que é possível sim, obtermos e oferecermos, uma educação transformadora, como já dizia Freire, uma educação como prática social, como prática da liberdade!, que atenda às necessidades dos educandos, e que além de alfabetizar, possa despertar nos alunos, o sentimento de criticidade e a percepção do meio em que vivem. Por sua vez, a educação de Jovens e Adultos, é um importante suporte para o desenvolvimento dessa criticidade, pois ela não representa apenas uma reparação social com aqueles que não tiveram acesso à educação na idade dita regular, mas é considerada também como o início de uma série de direitos civis, inerentes ao ser humano.

Conclui-se que a escola mesmo não sendo a única responsável pelos problemas sociais, consideramos como a nossa maior aposta de mudança, a fim de reparar os problemas excluientes da nossa sociedade. Pois, não há como se posicionar de maneira neutra, frente às inúmeras questões que caracterizam o Brasil, uma vez que nosso país nos últimos anos vem obtendo destaque em meio a outros países economicamente bem sucedidos, mas a nossa desigualdade social continua atingindo dados alarmantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.934, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 jan. 2025.

ESTIVILL, Jordi. Panorama da luta contra a exclusão social: conceitos e estratégias, 2003. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/panorama.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2025.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo. Cortez, 1993.

_____. Ação Cultural para a liberdade e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. Educação Como Prática da Liberdade. 14º ed. , Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.

_____. Educação e Mudança. 30 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GADOTTI, Moacir. **Educação de Adultos como Direito Humano.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; SOARES, Leônio José Gomes. **História da alfabetização de adultos no Brasil.** In: ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correias de; LEAL, Telma Ferraz. **Alfabetização de Jovens e Adultos- em uma perspectiva de letramento.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006 p, 27-58.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 5. ed. rev. ampl. Goiânia: Livros MF, 2008.

LUDKE, Mega; ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de André. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1996.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO

QUESTIONÁRIO

ESSA ENTREVISTA SERÁ DE GRANDE VALOR, POIS CONTRIBUIRÁ COM A NOSSA PESQUISA, VISTO QUE, BUSCAMOS CONHECER O PERFIL DOS SUJEITOS QUE CONCLUÍRAM OS ESTUDOS NA EJA. NÃO É OBRIGADO SE IDENTIFICAR, MAS SE PUDEREM, TEREMOS A SATISFAÇÃO DE MOSTRAR A SUA HISTÓRIA DE LUTA, MUITO OBRIGADA!

NOME:

IDADE:

SEXO:

1) QUAL FOI O MOTIVO QUE FEZ VOCÊ NÃO TER FREQUENTADO A ESCOLA NO TEMPO ADEQUADO, OU AINDA, NÃO TER CONTINUADO A ESTUDAR?

2) COM QUANTOS ANOS FOI ALFABETIZADO?

3) EM QUAL ESCOLA ALFABETIZOU-SE? EM QUE CIDADE?

4) O QUE LHE MOTIVOU A VOLTAR A ESTUDAR?